

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 50.746.577/0001-15

NIRE 35.300.177.045 / Código CVM nº 19836

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA **REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 26 de abril de 2018, às 10h00, na sede social da Cosan S.A. Indústria e Comércio (“Companhia”), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, 16º andar, sala 01, bairro Itaim Bibi, Brasil, CEP: 04.538-132.
- 2. CONVOCAÇÃO:** O edital de convocação foi publicado, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), nas edições dos dias 28, 29 e 30 de março de 2018, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na o Folha de São Paulo.
- 3. PRESENÇA:** Presentes acionistas titulares de 330.750.317 (trezentos e trinta milhões, setecentos e cinquenta mil, trezentas e dezessete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando 81,48% do capital social total e com direito a voto da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes, ainda, (i) o Sr. Guilherme Lelis Bernardo Machado, Diretor de Relações com Investidores e representante da Administração da Companhia; (ii) o Sr. Luiz Carlos Nannini, membro do Conselho Fiscal da Companhia; (iii) o Sr. Hildebrando Oliveira de Abreu Filho, representante da KPMG Auditores Independentes; e (iv) o Sr. João Ricardo Ducatti, coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.
- 4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcelo de Souza Scarcela Portela, por indicação por escrito do presidente do conselho de administração, conforme dispõe o artigo 10 do estatuto social da Companhia e secretariados pela Sra. Maria Rita de Carvalho Drummond.
- 5. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO:** Foram publicados de acordo com o artigo 133 da Lei das S.A., o relatório da administração, as demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas, do parecer dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado

2017, no Diário Oficial Estado de São Paulo, na edição do dia 23 de fevereiro de 2018, na página 43; e na Folha de São Paulo, na edição do dia 23 de fevereiro de 2018, na página 17. Os documentos acima e os demais documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para a assembleia geral, foram também colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) e da Companhia, com até 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável.

6. ORDEM DO DIA: Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** **(i)** as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; **(ii)** a proposta dos administradores para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; **(iii)** a instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(iv)** a fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(v)** a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(vi)** a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2018. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** **(i)** alterar a denominação social da Companhia para Cosan S.A. com a consequente alteração do artigo 1.º do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** aprovar o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 419.400.935,57 (quatrocentos e dezenove milhões, quatrocentos mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) sem a emissão de novas ações, mediante a conversão de parte do saldo existente na conta de Reserva de Capital e na conta de Reserva Legal, alterando consequentemente o artigo 5.º do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a reforma do Estatuto Social da Companhia, com a alteração dos atuais artigos 1º, 2º, 5º, 6º, 11, 12, 13, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 40, 42 e 44 e a revogação dos atuais artigos 27, 36, 37, 38, 39 e 41; **(iv)** a consolidação do estatuto social da Companhia; e **(v)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações constantes dos itens B(ii) e B(iii) da ordem do dia.

7. DELIBERAÇÕES: Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue:

Em Assembleia Geral Ordinária:

7.1. Aprovar, por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

7.2. Preliminarmente o acionista Cosan Limited da Companhia, ora presente nesta assembleia geral, propôs o pagamento de R\$ 137.610.377,88 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e dez mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta e oito centavos) a título de dividendos adicionais, valor este que inicialmente havia sido proposto pela administração da Companhia para ser destinado à Reserva Especial. Ato contínuo e, considerando a proposta alternativa do acionista Cosan Limited, foi aprovado por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no montante total de R\$ 1.315.324.724,73 (um bilhão, trezentos e quinze milhões, trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos), da seguinte forma:

(a) o montante de R\$ 65.766.236,24 (sessenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil, duzentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, será destinado à formação da reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A;

(b) o montante de R\$ 1.249.558.488,49 (um bilhão, duzentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos), correspondente ao lucro líquido ajustado do exercício, da seguinte maneira:

(i) R\$ 312.389.622,12 (trezentos e doze milhões, trezentos e oitenta e nove mil, seiscentos e vinte e dois reais e doze centavos), equivalente a R\$ 0,769611687 por ação ordinária, desconsideradas as ações em tesouraria, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, deduzido o valor destinado à reserva legal, distribuído aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das S.A. e do artigo 32, item (iii) do Estatuto Social da Companhia; e

(ii) R\$ 137.610.377,88 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e dez mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta e oito centavos), equivalente a R\$ 0,339020722 por ação ordinária, desconsideradas as ações em tesouraria,

correspondente a, aproximadamente, 11% (onze por cento) do lucro líquido, deduzido o valor destinado à reserva legal, distribuído aos acionistas a título de dividendos adicionais, nos termos do artigo 32, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia; e

(iii) R\$ 799.558.488,49 (setecentos e noventa e nove milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos), correspondente a, aproximadamente, 64% (sessenta e quatro por cento) do lucro líquido ajustado, será destinado à Reserva Especial da Companhia, conforme previsto no artigo 32, item (iv) do Estatuto Social da Companhia.

- 7.2.1. Consignar que a destinação do lucro líquido é ora aprovada com modificações à proposta originalmente apresentada pela Administração da Companhia, tendo em vista que a parcela do lucro líquido no valor de R\$ 137.610.377,88 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e dez mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta e oito centavos), originalmente aplicada na conta de Reserva Especial da Companhia, foi destinada para pagamento de dividendos adicionais aos acionistas da Companhia, conforme item 7.2(ii) acima.
- 7.2.2. Consignar que não será necessária a republicação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 nos termos do artigo 134, § 4.º da Lei das S.A., visto que: (i) não houve modificação no montante do lucro do exercício ou no valor das obrigações da Companhia; (ii) a modificação da proposta de destinação de resultado consta, de maneira detalhada, no item 7.2 desta ata; e (iii) as demonstrações financeiras foram aprovadas pelos acionistas nos termos do item 7.1 acima sem qualquer modificação ou ressalva.
- 7.2.3. Farão jus aos dividendos ora declarados aqueles que forem acionistas da Companhia em 02 de maio de 2018 (data base) e serão observados os procedimentos da instituição financeira escrituradora das ações de emissão da Companhia para pagamento dos dividendos, conforme informado pela Companhia por meio de Aviso aos Acionistas a ser divulgado oportunamente. Dessa forma, a partir de 03 de maio de 2018, inclusive, as ações da Companhia serão negociadas “*ex-dividendos*”.
- 7.2.4. Os dividendos ora declarados serão pagos pela Companhia aos acionistas titulares de ações da Companhia em 02 de maio de 2018 (data base), em uma única parcela, até o final do exercício social de 2018, em data a ser fixada pelo Conselho de Administração, sem atualização monetária ou incidência de juros entre a presente data e a data de efetivo pagamento dos dividendos declarados.

7.3. Aprovar, por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2018.

7.4. Aprovar, por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a fixação do número de 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018.

7.5. Eleger as seguintes pessoas como membros do Conselho Fiscal, com mandato até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018:

- (i) por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, **Luiz Carlos Nannini**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade RG n.º 9.221.586-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 038.563.538-95, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Gomes de Carvalho, nº 1050, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04547-004, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, tendo como suplente **Felipe Bertoncello Carvalhedo**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade RG n.º 28.441.386-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 221.886.718-48, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com na Rua Emílio Bertolini, 100, bairro Cajuru, Brasil, CEP: 82.920-030;
- (ii) por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, **Alberto Asato**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade RG n.º 6.232.223-0, inscrito no CPF sob o n.º 710.704.198-34, residente e domiciliado na Cidade de Assis, Estado de São Paulo, na Rua Raimundo Recco, 212, bairro Jardim Europa, CEP: 19.814-620, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, tendo como suplente, **Edison Andrade de Souza**, brasileiro, casado, contador e advogado, portador da carteira de identidade RG n.º 6.157.469-7, inscrito no CPF sob o n.º 710.864.398-72, residente e domiciliado na Cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, na Fazenda Nova América, s/nº, bairro Água da Aldeia, CEP: 19820-000;
- (iii) por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, **Marcelo Curti**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG n.º 10.306.522 SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 036.305.588-60, residente e

domiciliado Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Av. Marquês de São Vicente, nº 446, conjuntos 913 e 914, São Paulo, SP, CEP 01139-000, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, tendo como suplente, **Henrique Aché Pillar**, brasileiro, casado, engenheiro, portador de cédula de identidade RG n.º 3444145, inscrito no CPF/MF sob o n.º 309.194.367-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com na Rua Emílio Bertolini, 100, bairro Cajuru, Brasil, CEP: 82.920-030;

- (iv) por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, **José Mauricio D'isep Costa**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade n. 669.745 SPTC/ES, inscrito no CPF sob o n. 915.613.707-97, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua André Dreyfus, nº 180, casa 01, São Paulo, SP, CEP 01252-010, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, tendo como suplente, **Francisco Silvério Morales Céspedes**, brasileiro, casado, administrador, portador de cédula de identidade RG n.º 3.895.216, inscrito no CPF/MF sob o n.º 049.049.078-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com na Rua Emílio Bertolini, 100, bairro Cajuru, Brasil, CEP: 82.920-030; e
- (v) por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, **Vanessa Claro Lopes**, brasileira, divorciada, contadora, portadora de cédula de identidade RG n.º 23.669.532-0, inscrita no CPF/MF sob o n.º 162.406.218-03, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Av. Lucio Costa 3604 ap 2701 bl 2, Barra da Tijuca, CEP 22.630-010, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, tendo como suplente, **Carla Alessandra Trematore**, brasileira, solteira, bacharel em ciências da computação, portadora de cédula de identidade RG n.º 21.880.357-6, inscrita no CPF/MF sob o n.º 248.855.668-86, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Apinajés, 868, ap. 71, Perdizes, CEP 05017-000.

7.5.1. Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros fiscais preenchem os requisitos previstos no artigo 162 da Lei das S.A. e estão em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração mencionada nos artigos 147 e 162, § 2º da Lei das S.A., que ficará arquivada na sede da Companhia.

7.5.2. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos tomarão posse em seus respectivos cargos no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data, mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento conforme item acima.

7.6. Aprovar, por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a fixação da remuneração global de até R\$ 25.943.402,33 (vinte e cinco milhões, novecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e dois reais e trinta e três centavos), para os administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2018, dos quais serão atribuídos até (i) R\$ 25.199.792,37 (vinte e cinco milhões, cento e noventa e nove mil, setecentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos) para os administradores; e (ii) R\$ 743.609,96 (setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e nove reais e noventa e seis centavos) para o Conselho Fiscal, ficando a cargo do Comitê de Remuneração da Companhia a fixação do montante individual. O valor da remuneração global acima aprovada inclui o valor correspondente às contribuições previdenciárias previstas para a remuneração dos administradores e que são ônus da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

7.7. Aprovar, por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a alteração da denominação social da Companhia de “Cosan S.A. Indústria e Comércio” para “Cosan S.A.” uma vez que atualmente as atividades conduzidas pelas controladas da Companhia não se limitam às atividades de indústria e comércio, passando o artigo 1º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 1º - A Cosan S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.”

7.8. Aprovar, por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 419.400.935,57 (quatrocentos e dezenove milhões, quatrocentos mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) sem a emissão de novas ações, em cumprimento ao disposto no artigo 199 da Lei das S.A., mediante a conversão de parte do saldo existente na conta de Reserva de Capital e na conta de Reserva Legal, de maneira que o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 3.999.074.943,92 (três bilhões, novecentos e noventa e nove milhões, setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos) para R\$ 4.418.475.879,49 (quatro bilhões, quatrocentos e dezoito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e nove centavos), sem a emissão de novas ações pela Companhia, passando o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 4.418.475.879,49 (quatro bilhões, quatrocentos e dezoito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 407.904.353 (quatrocentos e sete milhões, novecentas e quatro mil, trezentos e cinquenta e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

- 7.8.1. Consignar que o aumento do capital social mencionado no item 7.8 acima será realizado por meio da capitalização dos seguintes valores: (i) R\$ 228.673.972,65 (duzentos e vinte e oito milhões, seiscentos e setenta e três mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) do saldo existente na conta de Reserva de Capital; e (ii) R\$ 190.726.962,92 (cento e noventa milhões, setecentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) do saldo existente na conta de Reserva Legal da Companhia.
- 7.8.2. Consignar que o aumento do capital social mediante a capitalização de parte dos valores registrados nas contas de Reserva de Capital e Reserva Legal da Companhia será realizado sem a emissão de novas ações e, por isso, beneficiará igualmente todos os acionistas da Companhia.
- 7.8.3. Consignar que o aumento de capital social ora aprovado é existente, válido e eficaz desde logo, sem a necessidade de abertura de prazo para exercício de direito de preferência tendo em vista que o aumento é realizado em benefício de todos os acionistas da Companhia e sem a emissão de novas ações.
- 7.9. Aprovar, por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, a reforma do Estatuto Social da Companhia, com a alteração dos atuais artigos 1º, 2º, 5º, 6º, 11, 12, 13, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 40, 42 e 44 e a revogação dos atuais artigos 27, 36, 37, 38, 39 e 41, passando a vigorar com a redação constante do **Anexo II** à presente ata.
- 7.10. Aprovar, por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a consolidação do estatuto social da Companhia, que, contemplando a reforma deliberada no item 7.9 acima, passará a vigorar com a redação constante do **Anexo II** à presente ata.
- 7.11. Aprovar, por unanimidade de votos, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para efetivar as deliberações constantes dos itens B(ii) e B(iii) da ordem do dia.

8. **DOCUMENTOS:** Os documentos e propostas submetidos à assembleia, assim como as declarações e manifestações de voto, protesto, abstenções ou de dissidência apresentadas por escrito pelos acionistas foram numerados seguidamente, autenticados pela mesa e pelos acionistas que solicitaram e ficam arquivados na sede da Companhia.

9. **ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos até lavratura da presente ata, ficando autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas dos a acionistas. Após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. aa) **Mesa:** MARCELO DE SOUZA SCARCELA PORTELA - Presidente da Mesa; e MARIA RITA DE CARVALHO DRUMMOND - Secretária da Mesa. **Acionistas Presentes através do envio de voto a distância:** CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD; BLACKROCK INSTITUTIONAL TRUST COMPANY NA; IBM 401 (K) PLUS PLAN; IRISH LIFE ASSURANCE PLC; MANAGED PENSION FUNDS LIMITED; NORGES BANK; ONTARIO TEACHERS PENSION PLAN BOARD; SEI INST INT TRUST EM MKTS EQUITY FUND; SOUTHERN CAL ED C N F Q C DC MT S ON P VD N G; STATE ST B AND T C INV F F T E RETIR PLANS; STICHTING PHILIPS PENSIOENFONDS; PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND; TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS; CONSULTING GROUP CAPITAL MKTS FUNDS EMER MARKETS EQUITY FUND; VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC; STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D; SSGA MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING QP COMMON TRUST FUND; BRITISH AIRWAYS PEN TRUSTEES LTD-MAIN A/C; CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC; FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND; RUSSELL INVESTMENT COMPANY EMERGING MARKETS FUND; STATE STREET VARIABLE INSURANCE SERIES FUNDS, INC; LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED; OMERS ADMINISTRATION CORPORATION; PUBLIC EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF IDAHO; STATE OF MINNESOTA STATE EMPLOYEES RET PLAN; THE CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYS.; THE GOVERNMENT OF THE PROVINCE OF ALBERTA; WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY; NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND; BRITISH AIRWAYS PENSION TRUSTEES LTD. (MPF A/C); FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST; FORD MOTOR COMPANY OF CANADA, L PENSION TRUST; INTERNATIONAL MONETARY FUND; MUNICIPAL E ANNUITY A B FUND OF CHICAGO; BP PENSION FUND; TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS; THE BOARD OF A.C.E.R.S. LOS ANGELES, CALIFORNIA; THE SEI EMERGING MARKETS EQUITY FUND; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; BOARD OF PENSIONS OF THE EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN

AMER; CHEVRON MASTER PENSION TRUST; JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST INTERN EQUITY INDEX TRUST; NTGI QUANTITATIVE MANAGEMENT COLLEC FUNDS TRUST; THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA; CMLA INTERNATIONAL SHARE FUND; ALASKA PERMANENT FUND; CITY OF NEW YORK DEFERRED COMPENSATION PLAN; THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; BLACKROCK LIFE LIMITED - DC OVERSEAS EQUITY FUND; THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND - AP7 EQUITY FUND; ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY; CITY OF NEW YORK DEFERRED COMPENSATION PLAN; NTGI QM COMMON DAILY ALL COUNT WORLD EXUS EQU INDEX FD LEND; STANLIB FUNDS LIMITED; GOVERNMENT EMPLOYEES SUPERANNUATION BOARD; NORTHERN EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND; THE NOMURA T AND B CO LTD RE I E S INDEX MSCI E NO HED M FUN; EMERGING MARKETS SUDAN FREE EQUITY INDEX FUND; CAVENDISH ASSET MANAGEMENT LIMITED; PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND; CHEVRON UK PENSION PLAN; COMMONWEALTH BANK GROUP SUPER; ALASKA COMMON TRUST FUND; ISHARES MSCI BRAZIL CAPPED ETF; ALLIANCEBERNSTEIN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST SERIES; GUINNESS ATKINSON ALTERNATIVE ENERGY FUND; ISHARES II PUBLIC LIMITED COMPANY; SUNSUPER SUPERANNUATION FUND; SPDR S&P EMERGING MARKETS ETF; BRUNEI INVESTMENT AGENCY; EMERGING MARKETS INDEX NON-LENDABLE FUND; NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM; THE TEXAS EDUCATION AGENCY; COUNTY EMPLOYEES ANNUITY AND BENEFIT FD OF THE COOK COUNTY; VANG FTSE ALL-WORLD EX-US INDEX FD, A S OF V INTER E I FDS; SRI ROBECO INSTITUTIONEEL EMERGING MARKETS QUANT FONDS; FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS; WISDOMTREE EMERGING MARKETS HIGH DIVIDEND FUND; NTGI-QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EIF – LENDING; GOLDMAN SACHS FUNDS - GOLDMAN SACHS E M C (R) EQ PORTFOLIO; NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND; POWERSHARES FTSE RAFI EMERGING MARKETS PORTFOLIO; NORTHERN TRUST INVESTIMENT FUNDS PLC; BRITISH COLUMBIA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION; ISHARES MSCI BRIC ETF; PEOPLE S BANK OF CHINA; PUBLIC SECTOR PENSION INVESTMENT BOARD; COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND; EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TFE BEN PLANS EM MQ EQU FD; EATON VANCE INT (IR) F PLC-EATON V INT (IR) PAR EM MKT FUND; KBI INSTITUTIONAL FUND ICAV; STICHTING PENSIOENFONDS UWV; LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST; ADVANCED SERIES TRUST - AST PARAMETRIC EME PORTFOLIO; VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF; THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA; ISHARES III PUBLIC

LIMITED COMPANY; LOCKHEED MARTIN CORP DEFINED CONTRIBUTION PLANS MASTER TRUST; NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF – LENDING; JAPAN TRUSTEE SERVICES BK, LTD. RE: RTB DAIWA LA EQUITY FD; RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS, LLC - REM EQUITY PLUS FUND; PICTET GLOBAL SELECTION FUND - G G M FUND; COMMONWEALTH GLOBAL SHARE FUND 22; COMMONWEALTH GLOBAL SHARE FUND 23; EMERGING MARKETS EQUITY FUND; TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD. RE: DIAM BRICS EQUITY MF; TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD. RE: EMERGING E P M F; FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY SERIES EMERGING MARK FUN; BELLSOUTH CORPORATION RFA VEBA TRUST; WSIB INVESTMENTS PUBLIC EQUITIES POOLED FUND TRUST; STICHTING PGGM DEPOSITARY; ARIZONA PSPRS TRUST; FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SERIES G EX US I FD; SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF; ISHARES MSCI EMERGING MARKETS ETF; TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD.RE: BRAZIL INFRASTRUCTURE; BNY MELLON TR & DEP (UK) LIM AS T OF IS EM MK EQ I FD (UK); POWERSHARES FTSE RAFI EMERGING MARKETS UCITS ETF; UPS GROUP TRUST; COMMONWEALTH EMERGING MARKETS FUND 6; FIDELITY SELECT PORTFOLIOS: ENVIRONMENT AND A E PORTFOLIO; AB BOND FUND, INC. - AB ALL MARKET REAL RETURN PORTFOLIO; CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF N B FUND; BMO MSCI EMERGING MARKETS INDEX ETF; HC CAPITAL TRUST THE COMMODITY RETURNS STRATEGY PORTFOLIO; NTGI-QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EQUITY I F- NON L; BLACKROCK CDN MSCI EMERGING MARKETS INDEX FUND; TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY I F; LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND; JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB DAIWA E E F I M F; EMERGING MARKETS EQUITY INDEX MASTER FUND; EMERGING MARKETS EQUITY INDEX PLUS FUND; CF DV EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; SSGA MSCI ACWI EX-USA INDEX NON-LENDING DAILY TRUST; X-TRACKERS MSCI BRAZIL HEDGED EQUITY ETF; FIRST TRUST LATIN AMERICA ALPHADAX FUND; SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC; EUROPEAN CENTRAL BANK; ADVISER MANAGED TRUST - TACTICAL OFFENSIVE EQUITY FUND; EATON VANCE TR CO CO TR FD - PA STR EM MKTS EQ COM TR FD; VERDIPAPIRFONDET KLP AKSJE FREMVOKSENDE MARKEDER INDEKS I; TOTAL INTERNATIONAL EX U.S. I MASTER PORT OF MASTER INV PORT; AB SICAV I - EMERGING MARKETS MULTI-ASSET PORTFOLIO; NAT WEST BK PLC AS TR OF ST JAMES PL GL EQUITY UNIT TRUST; FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY E M INDEX FUND; FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY G EX U.S INDEX FUND; AB CAP FUND, INC. - AB EMERGING MARKETS MULTI-ASSET PORT; FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY TOTAL EMERGING

MARKETS F; RUSSELL EMERGING MARKETS EQUITY FUND; STICHTING PENSIOENFONDS VAN DE NEDERLANDSCHE BANK N.V; ISHARES EMERGING MARKETS FUNDAMENTAL INDEX ETF; VOYA EMERGING MARKETS INDEX PORTFOLIO; VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY; OLD WESTBURY LARGE CAP STRATEGIES FUND; ISHARES MSCI BRAZIL UCITS ETF USD (ACC); FIDELITY EMERGING MARKETS EQUITY INVESTMENT TRUST; GMO RESOURCES FUND, A SERIES OF GMO TRUST; MERCER QIF FUND PLC; K INVESTMENTS SH LIMITED; COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION; JOHN HANCOCK FUNDS II STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND; WELLS FARGO BK D OF T ESTABLISHING INV F FOR E BENEFIT TR; GOLDMAN SACHS GIVI GLOBAL EQUITY - GROWTH M TILT PORTFOLIO; ALLIANCEBERNSTEIN DELAWARE BUSINESS TRUST - A I ALL-C P S; CORNERSTONE ADVISORS GLOBAL PUBLIC EQUITY FUND; NUVEST REAL RETURN MASTER FUND; ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF; ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF; BLACKROCK GLOBAL INDEX FUNDS; THE GOVERNMENT OF HIS M THE S AND Y D-P OF BRUNEI DARUSSALAM; EVTC CIT FOF EBP-EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR; ST STR RUSSELL FUND GL EX-U.S. INDEX NON-LEND COMMON TR FD; PANAGORA DIVERSIFIED RISK MULTI-ASSET FUND, LTD.; SRI ROBECO CUSTOMIZED QUANT EMERGING MARKETS FONDS; BIMCOR GLOBAL EQUITY POOLED FUND; SCOTTISH WIDOWS INVESTMENT SOLUTIONS FUNDS ICVC- FUNDAMENTAL; KAPITALFORENINGEN LAEGERNES PENSIONSINVESTERING, LPI AEM III; ADVANCED SERIES TRUST - AST GOLDMAN SACHS MULTI-ASSET PORTFO; GENERAL PENSION AND SOCIAL SECURITY AUTHORITY; EXELON GENERATION COMP, LLC TAX QUALIFIED NUCLEAR DECOMM PAR; AMERGEN CLINTON NUCLEAR POWER PLANT NONQUALIFIED FUND; OYSTER CREEK NUCLEAR GENERATING STATION QUALIFIED FUND; THREE MILE ISLAND UNIT ONE QUALIFIED FUND; STATE STREET IRELAND UNIT TRUST; DIVERSIFIED MARKETS (2010) POOLED FUND TRUST; AQUILA EMERGING MARKETS FUND; DEUTSCHE X-TRACKERS MSCI ALL WORLD EX US HEDGED EQUITY ETF; NORTHERN TRUST COLLECTIVE ALL COUNTRY WORLD I (ACWI) E-U F-L; NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS INDEX FUND-LEND; SPDR MSCI EMERGING MARKETS STRATEGICFACTORS ETF; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T OF MTBC400034657; KAPITALFORENINGEN INVESTIN PRO, GLOBAL EQUITIES I; BLACKROCK A. M. S. AG ON B. OF I. E. M. E. I. F. (CH); DREYFUS OPPORTUNITY FUNDS - DREYFUS STRATEGIC BETA E M E F; STATE STREET GLOBAL EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO; LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND; ITAU FUNDS - LATIN AMERICA EQUITY FUND; INTERNATIONAL EXPATRIATE BENEFIT

MASTER TRUST; SEI INSTITUTIONAL INVESTMENTS TRUST- EMERGING MARKETS E FUND; WISDOMTREE ISSUER PUBLIC LIMITED COMPANY; WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-STATE-OWNED ENTERPRISES FUND; SPDR MSCI ACWI LOW CARBON TARGET ETF; ISHARES MSCI ACWI LOW CARBON TARGET ETF; KBI DST EMERGING MARKET ESG FUND; LEGAL & GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; KBI GLOBAL INVESTORS (NA) LTD CIT; STATE OF ALASKA DEPARTMENT OF ADMINISTRATION; GOLDMAN SACHS ETF TRUST - GOLDMAN S ACTIVEBETA E M E ETF; RUSSELL INVESTMENT COMPANY RUSSELL TAX-MANAGED INTERNATIONAL; GOLDMAN SACHS TRUST II- GOLDMAN SACHS MULTI-MANAGER G E FUND; X-TRACKERS MSCI ALL WORLD EX US HIGH D Y H E ETF; STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUX SICAV - S S G E M I E FUND; STATE STREET EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND; COLONIAL FIRST STATE INVESTMENT FUND 10; FSS EMERGING MARKET EQUITY TRUST; AB INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITIES SERIES; SEGALL BRYANT & HAMILL EMERGING MARKETS FUND; THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND; GUIDEMARK EMERGING MARKETS FUND; DEUTSCHE X-TRACKERS FTSE EMERGING COMPREHENSIVE FACTOR ETF; NORTHERN TRUST UCITS FGR FUND; VANGUARD INTERNATIONAL HIGH DIVIDEND YIELD INDEX FUND; BERNSTEIN FUND, INC. - INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITIES PORT; FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SAI EMERGING M I FUND; WISDOMTREE EMERGING MARKETS DIVIDEND FUND; ISHARES MSCI EM ESG OPTIMIZED ETF; FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND; PANAGORA RISK PARITY MULTI ASSET MASTER FUND, LTD; ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY; LEGAL & GENERAL ICAV; OPPENHEIMER GLOBAL ESG REVENUE ETF; MM SELECT EQUITY ASSET FUND; VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F; JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITY ALLOCAT; INVESTORS WHOLESALE EMERGING MARKETS EQUITIES TRUST; CITITRUST LIMITED AS TRUSTEE OF BLACKROCK PREMIER FUNDS – BL; STICHTING BLUE SKY PASSIVE EQUITY EMERGING MARKETS GLOBAL FU; RUSSELL INVESTMENT COMPANY MULTI-ASSET GROWTH STRATEGY FUND; WISDOMTREE EMERGING MARKETS DIVIDEND INDEX ETF; FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY INTERNATIONAL SUSTAINA; CADENCE GLOBAL EQUITY FUND L.P.; ISHARES MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA ETF; PIMCO EQUITY SERIES: PIMCO RAFI DYNAMIC MULTI-FACTOR EMERGIN; SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SPARTAN EMERG; DESJARDINS EMERGING MARKETS MULTIFACTOR - CONTROLLED VOLATIL; LEGAL & GENERAL SCIENTIFIC BETA EMERGING MARKETS FUND, LLC; POWERSHARES PUREBETA FTSE EMERGING MARKETS PORTFOLIO;

FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV; VIRTUS GLOVISTA EMERGING MARKETS ETF; FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI; LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD EQUITY FACTORS INDEX; GOVERNMENT OF SINGAPORE; e THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE. **Acionistas representados por Ana Clara Machado Correa:** COSAN LIMITED; ISLAND SERVICES MANAGEMENT CORP., COMMONWEALTH CARRIERS S/A; REZENDE BARBOSA S A ADM E PART; ROBERTO DE REZENDE BARBOSA; RENATO E R BARBOSA; e JOSE EUGENIO DE REZENDE BARBOSA SOBRINHO. **Acionistas representados por Rita de Cássia Serra Negra:** NUSHARES ESG EM MKTS EQ ETF – ISE; STICHTING J; URIDISCH EIGENAAR ACTIAM BELEGGINGSFONDSEN; BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR INSURANCE FUND; BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR PENSION FUND; FIDELITY CENTRAL INVESTMENT PORTFOLIOS LLC: FIDELITY EMERGING MARKETS EQUITY CENTRAL FUND; FIDELITY INVESTMENT FUNDS - FIDELITY INDEX EMERGING MARKETS FUND; FIDELITY INVESTMENTS MONEY MANAGEMENT INC.; FORSTA AP-FONDEN; FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS; JNL/MELLON CAPITAL EMERGING MARKETS INDEX FUND; JPMORGAN FUNDS; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL; STICHTING PENSIOENFONDS VOOR HUISARTSEN; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045828; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045829; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045833; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045835; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045849; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045792; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045794; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045795; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045796; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS; e VANTAGETRUST III MASTER COLLECTIVE INVESTMENT FUNDS TRUST. **Acionistas representados por Ary Cera Zanetta Neto:** PARTNER FI EM ACOES INVESTIMENTO NO EXTERIOR; BRASIL CAPITAL MASTER FIA; BRASIL CAPITAL 30 MASTER FIA; e MANASLU LLC. **Acionistas representados por Julio André Kogut:** DYC FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; ASCESE FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; DYNAMO COUGAR FIA; TNAD FUNDO DE INVESTIMENTOS EMA ACOES; DYBRA FIA; DYNAMO BRASIL I LLC; DYNAMO BRASIL II LLC; DYNAMO BRASIL III LLC; DYNAMO BRASIL V LLC; DYNAMO BRASIL VI LLC; DYNAMO BRASIL VIII LLC; DYNAMO BRASIL IX LLC; KEMNAY DYBRA LLC;

SAO FERNANDO IV FIA; e DYNAMO BRASIL XIV LLC. **Demais presentes:** GUILHERME LELIS BERNARDO MACHADO - Diretor de Relações com Investidores; LUIZ CARLOS NANNINI - Membro do Conselho Fiscal; HILDEBRANDO OLIVEIRA DE ABREU FILHO - KPMG Auditores Independentes; e JOÃO RICARDO DUCATTI - Representante do Comitê de Auditoria Estatutário

Declaro que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 26 de abril de 2018.

MARIA RITA DE CARVALHO DRUMMOND

Secretária da Mesa

ANEXO I à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Cosan S.A. Indústria e Comércio, realizada em 28 de abril da 2018.

Mapa de Votos

Em atendimento ao art. 21, §6º e ao art. 30, §4º da Instrução CVM nº480/09, a Cosan S.A. Indústria e Comércio informa abaixo as aprovações, rejeições e abstenções computadas na votação de cada item da ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

7.1 Aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	19.475.959	5,89%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	311.274.358	94,11%

7.2 Aprovar a proposta da administração de destinação do resultado apurado durante o exercício social findo em 31.12.2017.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	40.616.225	12,28%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	290.134.092	87,72%

7.3 Aprovar a instalação do Conselho Fiscal da Companhia.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	10.040.853	3,04%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	320.709.464	96,96%

7.4 Aprovar a fixação do número de 5 (cinco) membros do Conselho Fiscal da Companhia com prazo de gestão até a próxima assembleia geral ordinária da Companhia.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	9.172.893	2,77%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	321.577.424	97,23%

7.5 (i) Eleger o Sr. Luiz Carlos Nannini como membro efetivo do Conselho Fiscal, tendo como seu suplente o Sr. Felipe Bertoncello Carvalhedo

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	9.172.893	2,77%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	321.577.424	97,23%

7.5 (ii) Eleger o Sr. Alberto Asato como membro efetivo do Conselho Fiscal tendo como seu suplente, o Sr. Edson Andrade de Souza.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	9.172.893	2,77%
Votos contra	63.771	0,02%
Votos a favor	321.513.6	97,21

7.5 (iii) Eleger o Sr. Marcelo Curti como membro efetivo do Conselho Fiscal, tendo como seu suplente o Sr. Henrique Aché Pillar.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	9.172.893	2,77%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	321.577.424	97,23%

7.5 (iv) Eleger o Sr. José Maurício D'isep Costa como membro efetivo do Conselho Fiscal, tendo como seu suplente o Sr. Francisco Silvério Morales Céspedes

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	9.172.893	2,77%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	321.577.424	97,23%

7.5 (v) Eleger a Sra. Vanessa Claro Lopes como membro efetivo do Conselho Fiscal, tendo como sua suplente, a Sra. Carla Alessandra Trematore.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	9.172.893	2,77%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	321.577.424	97,23%

7.6 Aprovar a fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2018 em R\$ 25.199.792,37 e dos membros do conselho fiscal em R\$ 743.609,96.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	9.396.344	2,84%
Votos contra	24.805.41	7,50%
Votos a favor	296.548.	89,66%

Em Assembleia Geral Extraordinária:

7.7 Aprovar a alteração da denominação da Companhia para Cosan S.A. com a consequente alteração do artigo 1.º do Estatuto Social da Companhia.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	44.561	0,01%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	330.705.756	99,99%

7.8 Aprovar o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 419.400.935,57 (quatrocentos e dezenove milhões, quatrocentos mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) sem a emissão de novas ações, mediante a conversão de parte do saldo existente na conta de Reserva de Capital e na conta de Reserva Legal, alterando consequentemente o artigo 5.º do Estatuto Social da Companhia.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	44.561	0,01%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	330.705.756	99,99%

7.9 Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia, com a alteração dos atuais artigos 1º, 2º, 5º, 6º, 11, 12, 13, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 40, 42 e 44 e a revogação dos atuais artigos 27, 36, 37, 38, 39 e 41.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	71.361	0,02%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	330.678.956	99,98%

7.10 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	44.561	0,01%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	330.705.756	99,99%

7.11 Aprovar a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações constantes dos itens B (ii) e B (iii) da ordem do dia.

	Número de votos	Percentual dos Presentes
Abstenções	44.561	0,01%
Votos contra	0	0,00%
Votos a favor	330.705.756	99,99%

ANEXO II à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Cosan S.A. Indústria e Comércio, realizada em 28 de abril de 2018.

ESTATUTO SOCIAL DA
COSAN S.A.

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - A Cosan S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, regida pelo disposto no presente estatuto social (“Estatuto Social”) e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 1º - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado (“Novo Mercado”), da B3 S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”).

Parágrafo 2º - A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela B3.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir, manter e encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social: (i) a importação, exportação, produção e comercialização de açúcar, álcool, cana-de-açúcar e demais derivados de tal produto agrícola; (ii) a distribuição de combustíveis em geral e o comércio de produtos derivados do petróleo; (iii) a exploração de postos de abastecimento e a compra e venda de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo; (iv) os serviços de logística, portuária e de assessoria técnica, administrativa e financeira; (v) o transporte, de toda espécie, de passageiros e cargas, inclusive navegação interior e de travessia fluvial e lacustre; (vi) a produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de cogeração de energia elétrica; (vii) a exploração agrícola e pastoril em terras próprias ou de terceiros; (viii) a importação, exportação, manipulação, comercialização, industrialização, guarda, serviços de carga e descarga de fertilizantes e demais insumos agrícolas; (ix) a administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar

móveis, imóveis e equipamentos em geral; (x) a prestação de serviços técnicos relativos às atividades antes mencionadas; (xi) a participação no capital social de outras sociedades; e (xii) beneficiamento e comercialização de gases combustíveis.

Parágrafo Único - As atividades descritas no objeto social da Companhia podem ser realizadas no País ou no exterior, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, ou, ainda, por intermédio de participação no capital social de outras sociedades.

Artigo 4º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 4.418.475.879,49 (quatro bilhões, quatrocentos e dezoito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 407.904.353 (quatrocentos e sete milhões, novecentas e quatro mil, trezentos e cinquenta e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O capital social será representado, exclusivamente, por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - A Companhia não pode emitir ações preferenciais.

Parágrafo 3º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Parágrafo 4º - Todas as ações de emissão da Companhia serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus respectivos titulares, em instituição depositária autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados, sendo que a instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo 5º - Salvo conforme disposto no Parágrafo 6º deste Artigo 5º e no Parágrafo 1º do Artigo 6º abaixo, os acionistas têm direito de preferência, na proporção do número de ações de sua titularidade, na subscrição de novas ações, de debêntures conversíveis e de bônus de subscrição de emissão da Companhia, observado o prazo legal para exercício do direito de preferência.

Parágrafo 6º - Os acionistas não têm direito de preferência (i) na conversão em ações de debêntures conversíveis em ações; (ii) na conversão em ações de bônus de subscrição; e (iii) na outorga e no exercício de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia.

Parágrafo 7º - O valor de reembolso devido aos acionistas dissidentes que exercerem o direito de retirada nas hipóteses previstas na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) é determinado pela divisão do valor do patrimônio líquido, conforme apurado nas últimas demonstrações financeiras individuais aprovadas pela Assembleia Geral, pelo número total de ações de emissão da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria.

Artigo 6º - O capital social da Companhia poderá ser aumentado para até R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, mediante a emissão de novas ações ordinárias ou por meio da capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração tem competência para fixar o número de ações a serem emitidas, para distribuição no País ou no exterior, sob a forma pública ou privada, o preço e o prazo de integralização e as demais condições de emissão, subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado, bem como deliberar sobre o exercício do direito de preferência, observadas as normas legais e estatutárias, em especial o disposto no Artigo 172 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”).

Parágrafo 2º - A Companhia poderá emitir ações ou debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, sem que os acionistas tenham direito de preferência ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência previsto no Artigo 171, Parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que a colocação desses valores mobiliários seja feita mediante (a) venda em bolsa ou por meio de subscrição pública; ou (b) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na lei.

Parágrafo 3º - Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano que seja aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a outorgar opção de compra ou de subscrição de ações de sua emissão aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, direto, indireto ou compartilhado, sem direito de preferência para os acionistas e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Artigo 7º - A Assembleia Geral que for convocada e instalada de acordo com a legislação aplicável e as disposições deste Estatuto Social tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Artigo 8º - A Assembleia Geral deve reunir-se (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim exigirem, observadas as previsões estatutárias e legais.

Artigo 9º - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por quem ele indicar, e, no caso de impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou na ausência ou impedimento deste, por 02 (dois) conselheiros em conjunto.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral também poderá ser convocada pelas pessoas mencionadas no Parágrafo Único do Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, nas hipóteses ali mencionadas.

Parágrafo 2º - A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data marcada para a realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará além do local, data e hora da assembleia e a ordem do dia. Caso a Assembleia Geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Artigo 10 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração (ou por quem este indicar), o qual deverá indicar o secretário da assembleia. No caso de impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser instalada e presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser instalada e presidida por qualquer outro conselheiro ou diretor que vier a ser indicado pela maioria dos votos dos acionistas presentes à Assembleia Geral ou representados por procuração, cabendo ao presidente da Assembleia Geral indicar o secretário.

Artigo 11 - Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar a sua qualidade como tal, apresentando, com até 02 (dois) dias úteis de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária, por original ou cópia enviada por fac-símile. Os acionistas representados por procuradores deverão exhibir as procurações até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste Artigo. Os originais dos documentos referidos neste Artigo, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral mediante boletim de voto à distância, observado o disposto na regulamentação em vigor.

Artigo 12 - Sem prejuízo das demais matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, é da competência da Assembleia Geral: **(i)** eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e, se instalado, do Conselho Fiscal; **(ii)** fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; **(iii)** deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; **(iv)** deliberar sobre a solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de autofalência pela Companhia e/ou decisão sobre a forma de exercício do seu direito de voto em assembleias gerais das sociedades nas quais a Companhia detém (a) a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia e (b) o poder de, direta ou indiretamente, dirigir ou promover a direção das atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgão da companhia, seja por meio da titularidade de ações com direito a voto, por força de contrato ou a qualquer outro título (“Controladas”) que tratem de solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de autofalência pelas Controladas; **(v)** deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia e/ou decisão sobre a forma de exercício do seu direito de voto em assembleias gerais de suas Controladas que tratem de dissolução ou liquidação das Controladas; **(vi)** eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; **(vii)** modificar o objeto social e/ou quaisquer alterações deste Estatuto Social; **(viii)** deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; **(ix)** deliberar sobre a saída do Novo Mercado da B3; e **(x)** escolher a empresa especializada responsável pela determinação do Preço Justo da Companhia, conforme termo definido no Artigo 38 abaixo, para fins das ofertas públicas previstas nos Capítulos IX e X deste Estatuto Social.

CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 13 - A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria na forma da lei e deste Estatuto Social. Os conselheiros serão eleitos pela Assembleia Geral e os diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Os administradores serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura, pelo administrador empossado, de termo de posse lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição a cláusula compromissória referida no Artigo 44 deste Estatuto Social, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, que independerá de caução, estará condicionada à adesão à Política para Divulgação de Informações Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários adotada pela Companhia, que consolida as regras de divulgação de informações relevantes da Companhia ao público investidor e o uso de tais informações pela própria Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os administradores deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à B3 a quantidade e as características de valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, incluindo os seus derivativos.

Parágrafo 3º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14 - A fixação da remuneração dos administradores é de competência da Assembleia Geral, de forma individual ou global. Nesse último caso, cabe ao Conselho de Administração a alocação da remuneração entre os conselheiros e os diretores.

Seção II - Conselho de Administração.

Artigo 15 - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 07 (sete) e, no máximo, 20 (vinte) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - O término do mandato dos membros do Conselho de Administração deverá coincidir com a data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a se realizar após o decurso de 02 (dois) anos da respectiva eleição.

Parágrafo 2º - Em cada Assembleia Geral Ordinária que tenha entre a ordem do dia a deliberação sobre a eleição do Conselho de Administração, os acionistas devem deliberar o número de conselheiros efetivos a serem eleitos em tal assembleia para compor o Conselho de Administração no respectivo mandato. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão nomeados pela Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo 4º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deverá proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 5º - Os conselheiros deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Artigo 16 - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, suas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente. Na ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente, suas funções deverão ser exercidas pelo conselheiro efetivo indicado pelos demais conselheiros para assumir tais funções. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer outro conselheiro, suas funções deverão ser exercidas por outro conselheiro a quem tenha outorgado poderes para tanto, ou, não tendo havido tal outorga, pelo conselheiro efetivo indicado pelos demais conselheiros para assumir tais funções.

Parágrafo Único - No caso de vacância de qualquer cargo de conselheiro, o Presidente, ou quem o estiver substituindo, nomeará o substituto, que servirá até a realização da Assembleia Geral, na qual um novo membro deverá ser eleito e cujo mandato deverá vigorar até o fim do mandato unificado dos demais conselheiros. No caso de vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente, será convocada, pelos conselheiros remanescentes, assembleia geral para eleição de seus substitutos. Para os fins deste Artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 03 (três) reuniões consecutivas.

Artigo 17 - O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, 04 (quatro) vezes por ano, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho

de Administração ou por deliberação da maioria dos seus membros ou, ainda, por solicitação da Diretoria. Para ser válida, a convocação deve ser feita com antecedência mínima de 08 (oito) dias, devendo indicar a data, o horário e o local da reunião, sendo que a reunião deverá acontecer na sede social ou em outro local a ser informado no ato da convocação, juntamente com os assuntos da ordem do dia.

Parágrafo 1º - É dispensada a convocação se estiverem presentes na reunião todos os conselheiros.

Parágrafo 2º - Os conselheiros poderão ser convocados mediante envio de carta com aviso de recebimento, fac-símile ou mensagem eletrônica.

Artigo 18 - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por quem este indicar, e, no caso de impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração (ou, na ausência deste, por outro membro nomeado pela maioria dos votos dos demais conselheiros). As reuniões serão instaladas com a presença da maioria de seus membros efetivos. Nas reuniões, um conselheiro poderá ser representado por outro conselheiro a quem tenha outorgado poderes para tanto e poderá enviar seu voto por escrito, inclusive por fac-símile.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, os conselheiros poderão participar das reuniões por conferência telefônica ou videoconferência, desde que tal possibilidade tenha sido indicada no anúncio da respectiva convocação. Neste caso, a ata deverá ser transmitida por fac-símile ao conselheiro que assim participar, a qual deverá ser retransmitida à Companhia após assinada por tal conselheiro.

Artigo 19 - Cada conselheiro terá direito a 01 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou por representante nomeado, o qual deverá apresentar a procuração específica para a reunião em pauta e o voto escrito do membro do Conselho de Administração ausente, incluindo sua respectiva justificativa. Serão considerados válidos os votos dos membros do Conselho de Administração que tenham sido enviados por escrito, antes da reunião do Conselho de Administração. As deliberações da reunião serão válidas se contarem com o voto favorável da maioria dos conselheiros presentes à reunião. As deliberações deverão ser lavradas em atas e registradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos devem ser arquivados no registro do comércio competente e serem publicados.

Artigo 20 - Compete ao Conselho de Administração: **(i)** eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, incluindo o Diretor de Relações com Investidores; **(ii)** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer de suas Controladas; **(iii)** aprovar os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia e de suas Controladas, incluindo aquisições, bem como acompanhar a sua execução; **(iv)** fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; **(v)** convocar a Assembleia Geral, nos termos dos Artigos 7º e 9º acima, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social; **(vi)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício; **(vii)** deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado; **(viii)** autorizar a aquisição pela Companhia de ações de emissão da Companhia (a) para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação; ou (b) por doação; **(ix)** autorizar as operações de resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da Companhia previstas em lei; **(x)** autorizar a compra de ações de emissão da Companhia, quando, resolvida a redução do capital mediante restituição, em dinheiro, de parte do valor das ações, o preço destas em bolsa for inferior ou igual à importância que deve ser restituída; **(xi)** deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações (observado o disposto no Artigo 6º, Parágrafo 1º deste Estatuto Social em relação à emissão de debêntures conversíveis em ações), e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 566, de 1º de julho de 2015; **(xii)** nomear e destituir os auditores independentes da Companhia; **(xiii)** autorizar a captação de empréstimos ou financiamentos em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), exceto operações de refinanciamento, prorrogação ou alteração de operações de captação de empréstimos ou financiamentos anteriormente contratadas pela Companhia, cuja competência será da própria Diretoria; **(xiv)** autorizar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); **(xv)** autorizar a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia ou de qualquer de suas Controladas a obrigações de terceiros, de qualquer valor, ficando dispensada a prévia aprovação quando (a) tratar-se de prestação de fiança em contrato de locação para moradia de funcionário ou diretor; e (b) quando o terceiro for empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, hipóteses estas em relação às quais não incide a vedação do Artigo 25 deste Estatuto Social; **(xvi)** autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); **(xvii)** fixar as condições gerais e autorizar a celebração de contratos pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); **(xviii)** pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à

Assembleia Geral; **(xix)** deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer de suas Controladas; **(xx)** avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral; **(xxi)** deliberar sobre qualquer negócio acima R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) entre, de um lado a Companhia (ou qualquer de suas Controladas) e, de outro lado, quaisquer de seus acionistas controladores, diretos ou indiretos; **(xxii)** propor, para deliberação da Assembleia Geral, a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício; **(xxiii)** declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da legislação aplicável, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária; **(xxiv)** definir e apresentar à Assembleia Geral lista tríplice para a escolha de instituição ou empresa especializada em avaliação econômica de empresas para a elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos previstos na legislação e na regulamentação em vigor; **(xxv)** aprovar a contratação de instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; **(xxvi)** estabelecer remuneração variável aos administradores; **(xxvii)** determinar a contratação ou a designação de executivos para compor ou auxiliar a administração da Companhia; **(xxviii)** manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua emissão; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; **(xxix)** manifestar-se previamente sobre a forma de exercício do direito de voto da Companhia em assembleias gerais de sociedades em que a Companhia possua participação societária e/ou em Controladas; **(xxx)** nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor; **(xxxi)** fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; **(xxxii)** examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria; **(xxxiii)** reunir-se, sempre que julgarem necessário com o Comitê de Auditoria; **(xxxiv)** examinar e avaliar os relatórios anuais do Comitê de Auditoria; e **(xxxv)** aprovar e revisar o código de conduta, aplicável a todos os empregados e administradores da Companhia e as políticas da Companhia, incluindo (a) a Política de Transações com Partes Relacionadas; (b) a Política de Gerenciamento de Riscos; (c) a Política de Negociação de Valores Mobiliários e de

Divulgação de Informações; (d) a Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária; e (e) a Política de Remuneração.

Seção III – Diretoria

Artigo 21 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 08 (oito) membros, residentes no Brasil, acionistas ou não, sendo 01 (um) Diretor Presidente; 01 (um) Diretor Vice-Presidente Jurídico; 01 (um) Diretor Vice-Presidente Financeiro; 01 (um) Diretor de Relações com Investidores; e 04 (quatro) Diretores Executivos, podendo qualquer diretor cumular mais de um cargo.

Parágrafo 1º - O mandato dos diretores será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 2º - Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberar o Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos diretores, o Conselho de Administração indicará o substituto interino de tal diretor temporariamente ausente.

Parágrafo 4º - No caso de vacância de qualquer cargo de diretor, um novo membro deve ser eleito pela próxima reunião do Conselho de Administração, que deve ocorrer em, no máximo, 30 (trinta) dias após tal vacância. Para os fins deste Artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Artigo 22 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer dos diretores. A presença da maioria dos diretores constitui quórum para a instalação das reuniões. Cada diretor tem direito a 01 (um) voto nas reuniões. As deliberações da Diretoria serão válidas se contarem com o voto favorável da maioria dos diretores presentes. Caso haja empate, caberá exclusivamente ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo Único - As atas das reuniões devem ser lavradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

Artigo 23 - A gestão da Companhia caberá à Diretoria, tendo os diretores plenos poderes para gerir os negócios sociais, de acordo com suas atribuições e sujeito às disposições estabelecidas na lei e neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Sem prejuízo ao disposto no caput deste Artigo 23, cabe à Diretoria: **(i)** deliberar sobre todas as matérias que não forem de competência privativa da Assembleia Geral ou de competência do Conselho de Administração; **(ii)** admitir e demitir empregados, fixar os níveis de remuneração do pessoal, criar e extinguir cargos; **(iii)** elaborar os planos de investimento e os orçamentos de operação; **(iv)** transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir e alienar bens móveis e imóveis, conceder avais, fianças ou outras garantias, observando o disposto no Artigo 24 abaixo; **(v)** levantar balanços semestrais ou intermediários, quando indicado; **(vi)** elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício; e **(vii)** deliberar sobre a abertura e manutenção de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Parágrafo 2º - Compete privativamente ao: **(i) Diretor Presidente:** (a) executar e fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; (b) determinar e promover a execução e implementação das políticas, estratégias, orçamentos, projetos de investimentos e demais condições do plano de negócios da Companhia; (c) coordenar as atividades dos demais diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (d) presidir as reuniões de Diretoria; e (e) manter permanente coordenação da atuação dos demais diretores, traçando as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia; **(ii) Diretor Vice - Presidente Jurídico:** (a) organizar, controlar, coordenar e supervisionar os assuntos e as atividades de caráter jurídico da Companhia, em seus aspectos técnicos, operacionais, institucionais e estratégicos; e (b) organizar, controlar, coordenar e supervisionar a contratação de profissionais externos vinculados à prestação de serviço na área jurídica; **(iii) Diretor Vice-Presidente Financeiro:** (a) planejar, implementar e coordenar a política financeira da Companhia, além de organizar, elaborar e controlar o orçamento econômico da Companhia; (b) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência; (c) planejar; executar e administrar as operações de fusões e aquisições a serem realizadas pela Companhia, bem como zelar pela regular execução e cumprimento dos contratos oriundos dessas operações; e (d) representar a Companhia, no Brasil ou no exterior, junto a órgãos, instituições financeiras ou empresas envolvidas em operações de fusões e aquisições; **(iv) Diretor de Relação com Investidores:** (a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com o mercado de capitais, representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; (b) prestar todas as informações exigidas pela legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários; e (c) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência; e **(v) Diretores Executivos:**

desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, na consecução do objeto social da Companhia.

Artigo 24 - A Companhia será representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, com observância dos seguintes critérios: **(i)** nas assembleias gerais de acionistas e reuniões de quotistas de sociedades das quais a Companhia seja acionista ou quotista, por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, mediante prévia autorização do Conselho de Administração, que indicará a forma do voto a ser proferido; **(ii)** nos atos ou operações que criem obrigações para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, (a) por 02 (dois) diretores em conjunto, quando envolverem valor agregado de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (b) por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, quando envolverem valor agregado superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); e (c) por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, mediante prévia autorização do Conselho de Administração, quando envolverem valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); **(iii)** na outorga de procuração, (a) por 02 (dois) diretores em conjunto, quando a procuração não possuir valor ou quando envolver valor agregado de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (b) por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, quando a procuração envolver valor agregado acima R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); e (c) por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, mediante prévia autorização do Conselho de Administração, quando a procuração envolver valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); e **(iv)** nos demais atos ou operações, por 02 (dois) diretores em conjunto.

Parágrafo 1º - Nos casos indicados nos itens (i), (ii) e (iii) do *caput* deste Artigo 24, o Conselho de Administração pode permitir que qualquer diretor ou procurador constituído na forma deste artigo represente a Companhia em tais atos ou operações.

Parágrafo 2º - Exceto as procurações para fins judiciais, as demais procurações outorgadas pela Companhia devem conter poderes específicos e prazo de vigência determinado, entendendo-se como tal as procurações cuja vigência tem seu término expressamente vinculado à prática do ato ou operação para as quais são especificamente outorgadas.

Parágrafo 3º - As procurações para fins judiciais, salvo revogação expressa, são outorgadas pela Companhia pelo tempo de duração dos processos.

Artigo 25 - São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por conselheiros, diretores, procuradores ou funcionários, em negócios estranhos ao

objeto social, neles incluídos a prestação de fiança, aval, endosso ou quaisquer garantias não relacionadas ao objeto social ou contrários ao disposto neste Estatuto Social.

CAPÍTULO V – ÓRGÃOS AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 26 - A Companhia terá dois comitês estatutários, sendo estes o comitê de auditoria (“Comitê de Auditoria”) e o comitê de remuneração (“Comitê de Remuneração”), que são órgãos de assessoramento e reporte direto ao Conselho de Administração, com as atribuições e encargos estabelecidos na regulamentação em vigor e nos seus regimentos internos.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos restritos e específicos e com prazo de duração determinado, designando os seus respectivos membros.

Parágrafo 2º - Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e dos demais comitês que venham a ser criados pelo Conselho de Administração para o assessoramento da administração da Companhia, as mesmas obrigações e vedações impostas por lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

Artigo 27 – O Comitê de Auditoria exerce suas funções em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, de seu regimento interno e com a regulamentação da CVM aplicável e suas deliberações são meramente opinativas, não vinculando aquelas do Conselho de Administração.

Artigo 28 - O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, em sua maioria independentes, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, renovável a critério do Conselho de Administração, respeitados os limites previstos em lei ou em regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º - A composição do Comitê de Auditoria deve observar o seguinte:

- (i) ao menos 1 (um) membro deve ser conselheiro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;
- (ii) ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária;

- (iii) é vedada a participação, como membros do Comitê de Auditoria, dos diretores da Companhia, de suas Controladas, de seus controladores, de coligadas ou sociedades sob controle comum; e
- (iv) o mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características previstas no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2º - O Comitê de Auditoria terá um coordenador cujas atividades serão definidas no regimento interno do Comitê de Auditoria, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - São atribuições do Comitê de Auditoria, além daquelas previstas na regulamentação em vigor e em seu regimento interno: **(i)** opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; **(ii)** supervisionar as atividades: **(ii.1.)** dos auditores independentes, a fim de avaliar: **(ii.1.1)** a sua independência; **(ii.1.2.)** a qualidade dos serviços prestados; e **(ii.1.3.)** a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; **(ii.2.)** da área de controles internos da Companhia; **(ii.3.)** da área de auditoria interna da Companhia; e **(ii.4.)** da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; **(iii)** monitorar a qualidade e integridade: **(iii.1.)** dos mecanismos de controles internos; **(iii.2.)** das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e **(iii.3.)** das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; **(iv)** avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: **(iv.1.)** a remuneração da administração; **(iv.2.)** a utilização de ativos da Companhia; e **(iv.3.)** as despesas incorridas em nome da Companhia; **(v)** avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidências; **(vi)** elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: **(vi.1.)** suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e **(vi.2.)** quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; **(vii)** avaliar, monitorar e recomendar ao conselho de administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e **(viii)** possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos,

inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação.

Artigo 29 - O Comitê de Remuneração será composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração e escolhidos entre os integrantes do Conselho de Administração, todos com mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único - O Comitê de Remuneração é responsável pela alocação do montante destinado como verba global aos administradores, definido pela assembleia geral, entre os membros de cada órgão e sua divisão conforme a natureza dos benefícios e em conformidade com as disposições deste Estatuto Social e de seu regimento interno.

CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL

Artigo 30 - O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições e poderes estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, será composto de no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, dentre pessoas residentes no País, desde que preencham os requisitos legais para o cargo.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal funciona de maneira não permanente, instalando-se, apenas, quando assim decidir a Assembleia Geral, obedecidas sempre as disposições previstas em lei e no presente Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, estará condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar a sua sujeição à Cláusula compromissória referida no Artigo 44 deste Estatuto Social, bem como a adesão à Política para Divulgação de Informações Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários adotada pela Companhia, que consolida as regras de divulgação de informações relevantes da Companhia ao público investidor e o uso de tais informações pela própria Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL, DISTRIBUIÇÕES E RESERVAS

Artigo 31 - O exercício social da Companhia se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 32 - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: **(i)** 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão alocados para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **(ii)** a parcela correspondente à constituição da reserva para contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; **(iii)** parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório; e **(iv)** a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva Especial”, que terá por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

Parágrafo 1º - O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens deste Artigo, terá a destinação a ser determinada pela Assembleia Geral de acionistas, com base na proposta da administração, conforme o disposto nos Artigos 176, Parágrafo 3º, e 196 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as disposições contidas no Artigo 134, Parágrafo 4º, da referida Lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

Parágrafo 2º - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Estatuto Social, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral pode, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Os valores registrados na reserva de lucros a realizar, se não forem absorvidos por prejuízos supervenientes, somente podem ser utilizados para o pagamento do dividendo obrigatório.

Artigo 33 - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório de que

trata o Artigo 32 acima, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.

Artigo 34 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 32 acima.

Parágrafo 1º - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode, até os limites legais, declarar dividendos à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 2º - Os dividendos não reclamados por qualquer acionista no prazo de 03 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia, sendo que não incidirão juros sobre tal montante.

CAPÍTULO VIII - ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 35 - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo Único - Para os fins deste Artigo, considera-se “Controle” o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

Artigo 36 - Na hipótese de alienação indireta do Controle, o adquirente do Controle ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição de ações, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Artigo 37 – Na hipótese de ocorrer alienação de Controle da Companhia nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do Novo Mercado, o alienante e o adquirente do Controle, conjunta e solidariamente, devem oferecer aos acionistas que detinham ações de emissão da companhia na

data da saída ou da liquidação da oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado:

- (i) a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo alienante, devidamente atualizado; ou
- (ii) o pagamento da diferença, se houver, entre o preço da oferta pública de aquisição de ações aceita pelo antigo acionista, devidamente atualizado, e o preço obtido pelo acionista controlador na alienação de suas próprias ações.

Parágrafo 1º - Para efeito de aplicação das obrigações previstas no *caput*, devem ser observadas as mesmas regras aplicáveis à alienação de Controle previstas neste Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2º – Será averbado no livro de registro de ações da Companhia, em relação às ações de propriedade do acionista controlador, ônus que obrigue o adquirente do Controle a cumprir as regras previstas neste Artigo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da alienação das ações.

CAPÍTULO IX - CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 38 – O cancelamento do registro da Companhia para negociação de ações nos mercados regulamentados de valores mobiliários somente ocorrerá caso seja realizada uma oferta pública de aquisição de ações, formulada pelo acionista controlador ou pela própria Companhia, e tendo por objeto todas as ações de emissão da Companhia, por preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações no mercado de valores mobiliários, ou com base em outro critério aceito pela CVM, sendo assegurada a revisão do preço da OPA nos termos da legislação em vigor (“Preço Justo”).

CAPÍTULO X - SAÍDA DO NOVO MERCADO E REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Artigo 39 - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, deverá ser realizada oferta pública de aquisição das ações por Preço Justo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - Acionistas representando 10% (dez por cento) das Ações em Circulação poderão requerer a convocação de assembleia especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação

pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação do valor de avaliação da Companhia.

Parágrafo 2º - Acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das Ações em Circulação Habilitadas deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo 3º – Consideram-se “Ações em Circulação” todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

Parágrafo 4º – Consideram-se “Ações em Circulação Habilitadas” as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão de OPA, na forma da regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º – Uma vez atingido o percentual necessário de Ações em Circulação Habilitadas para a saída do Novo Mercado previsto no Parágrafo 2º, os aceitantes da oferta pública de aquisição de ações não podem ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, devendo ser observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável a ofertas públicas de aquisição de ações.

Parágrafo 6º – O ofertante ficará obrigado a adquirir as Ações em Circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão de oferta pública de aquisição de ações, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital e da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

Artigo 40 - A saída da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer independentemente da realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no artigo 39 na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral referida no *caput* deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação.

Parágrafo Segundo - Caso o *quorum* do Parágrafo Primeiro não seja atingido, a assembleia geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação.

Parágrafo Terceiro - A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral.

Artigo 41 - Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da assembleia geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na assembleia geral deve dar anuência a essa estrutura.

Artigo 42 - A aplicação de sanção de saída compulsória do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações com as mesmas características da oferta pública de aquisição de ações descrita no Artigo 39 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO XI - DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 43 - A Companhia não pode dissolver-se ou entrar em liquidação, salvo nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger, além do(s) liquidante(s), os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

CAPÍTULO XII – ARBITRAGEM

Artigo 44 - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, na Lei 6.385/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 45 - Os termos definidos neste Estatuto Social que não tiverem seu significado expressamente definido neste documento ou na Lei das Sociedades por Ações terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento do Novo Mercado

* * *

Mesa:

Marcelo de Souza Scarcela Portela
Presidente

Maria Rita de Carvalho Drummond
Secretária